

lyma

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA
28 DE FEVEREIRO DE 2011

PRESIDENTE	- JOSÉ LOPES SILVANO
VEREADORES PRESENTES	- JÚLIA MARIA A. LIMA SEQUEIRA RODRIGUES - MARIA DA GRAÇA FARIA CALEJO PIRES - JOSÉ ASSUNÇÃO LOPES MAÇAIRA - JOÃO MARIA CASADO FIGUEIREDO
VEREADORES AUSENTES	- ANTÓNIO JOSÉ PIRES ALMOR BRANCO - MARIA GENTIL PONTES VAZ
SECRETARIOU	- LUÍS MÁRIO VIEIRA MAIA - DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS
HORA DE ABERTURA	- 09 HORAS
ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR	- APROVADA POR UNANIMIDADE, DISPENSANDO A SUA LEITURA POR TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO
OUTRAS PRESENÇAS	- ANTÓNIO MARIA DE CARVALHO - DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO E AMBIENTE - JORGE EDUARDO GUEDES MARQUES - DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE FOMENTO E INFRA-ESTRUTURAS - MARIA ADELAIDE FERNANDES – DIRECTORA DO DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL (EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)
LOCAL DA REUNIÃO	- BIBLIOTECA MUNICIPAL, SALA SARMENTO PIMENTEL

ANTES DA ORDEM DO DIA

Acta da Reunião Anterior.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Na reunião de dia 14 de Fevereiro o executivo comprometeu-se a remeter a rectificação solicitada para esta reunião. Da agenda desta reunião também não faz parte a rectificação solicitada pelo Director de Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. Luís Maia a pedido do Vereador em Permanência, Eng. António Branco, relativa à alteração de alguns valores referidos no ponto 12 – Obras realizadas no Edifício na Margem direita do Rio Tua – Flor de Sal – Turistua – Empreendimentos Turísticos, Lda.

Foi também referido, a propósito da minha intervenção sobre segurança, a disponibilização dos relatórios do conselho Municipal de Segurança. Constatado que não nos foram remetidos. Congratulo-me pelo facto do Conselho reunir no próximo dia 2 de Março, tal como anunciado na Assembleia Municipal do dia 25 de Fevereiro.

Solicito, mais uma vez, que nos sejam disponibilizados os dados que têm sobre a criminalidade no concelho de Mirandela, e que estratégias têm sido delineadas designadamente no âmbito do Conselho Municipal de Segurança.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Todos somos poucos para termos uma sociedade mais justa e solidária.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Antes da ordem do dia, destaco um tema que nos faz reflectir: o papel de cada um de nós, na integração profissional de pessoas com necessidades especiais.

Há alguns dias, foi noticiado em vários órgãos de comunicação social, a discriminação de que foi alvo um Mirandense, no acesso a um concurso camarário para assistente operacional. Falo obviamente de uma pessoa com necessidades especiais, que após seis anos em programas ocupacionais na autarquia, não conseguiu a integração profissional que sempre desejou.

É preocupante que o Município de Mirandela não tenha uma política destinada à inclusão social e profissional de pessoas com deficiência.

A acção do Município é fundamental para incentivar a integração social e profissional destas pessoas.

Algumas iniciativas poderão ser levadas a cabo, sem muitos custos: a criação de prémios de Mérito a empresas que integram pessoas com deficiência nos seus postos de trabalho, implementação de uma Comissão Municipal de Pessoas com Deficiência, bem

como Serviços de apoio para informação a pessoas com deficiência, alargando o trabalho também à "dura e eterna" questão das acessibilidades e mobilidade.

Julgo que está na hora de colocar a problemática da deficiência como um tema prioritário, em que é urgente definir respostas rápidas e concretas.

Contudo, o caso que referi, ultrapassa a barreira da sensibilidade que devemos ter para com pessoas deficientes, para ser uma situação que deve preocupar a todos.

Tal como legalmente referido "a escolha de profissão e o acesso à função pública são direitos constitucionalmente garantidos a todos os cidadãos, em condições de igualdade e liberdade. Os cidadãos com deficiência gozam plenamente dos direitos consignados na Constituição, com ressalva daqueles para os quais se encontrem incapacitados" Já "o artigo 71º da Constituição atribui ao Estado a obrigação de realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos com deficiência e o encargo da efectiva realização dos seus direitos."

Saliento ainda que "Cabe, pois, ao Estado a responsabilidade de criar e coordenar as regras e as condições que permitam dar cumprimento àquelas atribuições e sensibilizar toda a sociedade para a sua efectivação."

E continua: "a deficiência acarreta muitas vezes, num registo próximo do absurdo, o peso da sua diferença e às barreiras materiais somam-se muitas vezes as barreiras imateriais, as da área relacional, das atitudes e dos comportamentos, as quais impedem sempre o acesso ao exercício pleno da cidadania."

Assim sendo foi definido, por Decreto Lei, que de "forma a favorecer a sua integração profissional no mercado de trabalho, é instituída uma quota obrigatória de 5% nos concursos externos de ingresso na função pública em que o número de lugares postos a concurso seja igual ou superior a 10, definindo-se regras", "...bem como no aviso de abertura dos concursos externos de ingresso na função pública se deve mencionar o número de lugares a preencher por pessoas com deficiência...".

As declarações deste executivo sobre este assunto, chocam qualquer pessoa. Foi dito que "provou-se a não entrada pela nota do exame", quando se sabe que existem provas de selecção específicas para pessoas deficientes e o recrutamento é feito em fases distintas.

A minha intenção de trazer este tema a esta reunião tem o propósito de pedir justiça em todas as situações de ingresso em Concursos Públicos Municipais, e propor a definição de uma estratégia de inclusão de pessoas com deficiência no concelho de Mirandela.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Período de adaptação aos consumidores de água do concelho.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: As novas regras de cobrança coerciva, para quem não paga dentro dos prazos definidos a factura mensal da água, foram impostas em todo o país pela Lei do Orçamento para 2011. Foi veiculado pela Comunicação Social, a intenção deste Executivo iniciar a aplicação desta medida até ao final de Março.

Apesar de considerar positiva a prorrogação do prazo para iniciar a aplicação das novas regras de cobrança coerciva, julgo que deveria haver uma ampla campanha de divulgação desta medida, assinalando e informando as famílias menos cumpridoras, que como se sabe, são também aquelas que estarão em maiores dificuldades, normalmente com menos acesso à informação.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01 – Órgãos da Autarquia.

01/01 – Justificação de Faltas.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: O Senhor Vice-Presidente Eng.º António Branco e a Senhora Vereadora Dr.ª Gentil Vaz, não podem estar presentes, porque se encontram numa avaliação na Escola de Carvalhais.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos Senhores Vereadores ausentes.

01/02 – Aprovação da Acta de 14 de Fevereiro.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta da reunião do passado dia 14 de Fevereiro de 2011.

02 – Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental – Serviços Municipalizados de Águas.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 3898 de 17/02/2011, com o seguinte teor:

"Assunto: Minuta da Acta da Reunião Ordinária do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de 2011/02/16 relativa à 1ª Revisão Orçamental para o ano de 2011.

A fim de ser submetido à aprovação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, junto se envia a V.ª Ex.ª a minuta da acta mencionada em epígrafe na parte respectiva.

Com os melhores cumprimentos.

O Director Delegado."

----- Foi presente a minuta de acta da reunião efectuada no dia 16/02/2011, de aprovação da 1ª Revisão Orçamental para 2011, dos Serviços Municipalizados de Água, com o seguinte teor:

“Assunto: 1ª Revisão Orçamental para 2011.
Presidente do Conselho de Administração dos S-M.A.

1. A necessidade de se efectuarem alterações ou revisões orçamentais, durante a execução do orçamento, deriva do carácter previsional das dotações orçamentais, quer na receita, quer na despesa, sendo necessário proceder-se a alterações ou revisões ao orçamento, com o intuito de ocorrer a situações imprevistas.
2. Para ocorrer a aplicações de fundos, não previstas ou insuficientemente dotadas no orçamento financeiro para o ano de 2011, torna-se necessário reforçar determinadas dotações de aplicações de fundos.
3. Em cumprimento do ponto 8.3.1.4 do Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), submete-se para aprovação a 1ª Revisão ao Orçamento, elaborada para inclusão, no orçamento da receita, do saldo apurado na gerência de 2010, situação que implica um aumento global de receita.

RECEITAS

Saído da Gerência de 2009 69.680,00€

DESPESAS

Aquisição de Bens e Serviços (Água em Alta) 69.680,00€

TOTAL DA DESPESA 69.680,00€”

DELIBERAÇÃO: O Conselho de Administração deliberou, por unanimidade:
a) Aprovar a 1ª Revisão Orçamental para 2011;
b) Submeter à aprovação da Assembleia Municipal através da Câmara Municipal.”

----- O Senhor Presidente em 17/02/2011, exarou o seguinte despacho:
“À reunião.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:
1 – Aprovar a 1.ª Revisão Orçamental dos Serviços Municipalizados de Água, para o ano de 2011;
2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

03 – Conhecimento de Despachos.
03/01 – D.U.A. – Secção de Obras Particulares.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas, em 21 de Fevereiro, pelo Senhor Vice-Presidente que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 02/11

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 4 e 18 de Fevereiro de 2011, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 28 de Outubro de 2009.

Pedidos de Informação Prévia Deferidos

15/10 – Carlos Alberto Grilo Monteiro – Pedido de informação previa para a construção de dois pavilhões destinados a Agropecuária (cunicultura) – Vale de Freixo – Passos.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 02/11

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 7 e 18 de Fevereiro de 2011 de acordo, com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 28 de Outubro de 2009.

Autos de Embargo

Despacho de 7/02/2011 – José Manuel Vilares – Reconstrução de uma habitação, na Rua da Igreja em Cedães, em desacordo com a licença emitida.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 04/11

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 7 e 18 de Fevereiro de 2011 de acordo, com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 28 de Outubro de 2009.

Autorizações de Utilização Deferidas

14/11 – Paula Maria Pereira do Nascimento Lopes Garcia – Clínica Médica de Fisioterapia – Rua D. Bonfim da Costa Neves – Torre D. Chama.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 04/11

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 7 e 18 Fevereiro de 2011 de acordo, com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 28 de Outubro de 2009.

Licenciamentos Deferidos

119/10 – António José Reis – Reconstrução e ampliação de moradia – Vale de Telhas;

125/10 – João Carlos dos Santos Paçó Reis – Construção de uma moradia – Lugar da Barreira – Vale de Juncal.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

03/02 – D.F.I. – Secção de Obras Municipais.

----- Para conhecimento dos Senhores Vereadores, foi presente o Mapa das Empreitadas em Curso, actualizado em 23 de Fevereiro, que se dá por reproduzido.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

03/03 – 1.ª Modificação Orcamental, 1.ª Alteração ao Orçamento da Despesa e 1.ª Alteração ao PPI.

----- Foi presente a 1.ª Modificação ao Orçamento e alteração à Despesa e ao PPI com reforço de 250.000,00€ de despesas correntes e 450.000,00€ PPI.

----- O Senhor PRESIDENTE autorizou por despacho a mencionada 1.ª Modificação ao Orçamento, a que a 1.ª Alteração à Despesa e 1.ª Alteração ao P.P.I. – 2011, nos valores indicados.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

04 – DAF – Contabilidade – Tesouraria – Balancete.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 25 de Fevereiro de 2011 que apresenta os seguintes valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	359.222,70€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	999.982,42€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	1.359.205,12€
DOCUMENTOS-----	7.678,88€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

05 – DAF – Autorizações de Despesa – Requisições.

----- Foi presente a informação n.º 04/DAF-SA-RC de 25/02/2011 da Divisão Administrativa e Financeira:

Em cumprimento da Deliberação da Câmara Municipal de 28 de Outubro de 2009, cumpre informar o Executivo que, no período compreendido de 11 de Fevereiro de 2011 a 24 de Fevereiro de 2011, foram efectuadas as Requisições com os n.ºs 277, 279 a 296, 302, 305 a 317, 319 a 321, 323 a 331, 333 a 337, 339 a 353, 359 a 360, 365 a 369, perfazendo o valor total de 71.622,33€.

Nome do Responsável	Valores em Euros
Senhor Presidente	1.309,45
António José Pires Almor Branco	21.695,00

Maria Gentil Pontes Vaz	45.361,74
José Assunção Lopes Maçaira	3.256,14
Requisições de valor igual ou inferior a 200,00€	2.547,06
Requisições de valor superior a 200,00€	69.075,27

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

06 – DAF – Secção de Contabilidade – Autorizações de Despesa e Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação n.º 04/DAF-RC de 25/02/2011 que a seguir se transcreve:

Em cumprimento da Deliberação da Câmara Municipal de 28 de Outubro de 2009, cumpre informar o Executivo que, no período compreendido 11 a 24 de Fevereiro de 2011, foram efectuadas as seguintes autorizações de pagamento:

DESCRIÇÃO	Valores em Euros
Ordens de Pagamento Orçamentais autorizadas	737.272,10
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria	83.204,41

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Qualidade.

----- O Senhor PRESIDENTE DISSE: A Câmara Municipal encetou um processo de certificação de qualidade dos seus serviços e o coordenador desse processo é o Eng. Guedes Marques e ele rapidamente faz o ponto da situação, para que todos tenham conhecimento.

----- O Senhor Director de Departamento de Fomento e Infraestruturas Eng.º Guedes Marques, autorizado a intervir, disse: De facto há cerca de um mês e meio que se iniciou este processo. Foi constituída desde logo uma equipa dentro dos serviços municipais, que conta para além de mim, com um elemento de cada departamento, para poder fazer melhor a articulação com todos os serviços da Câmara Municipal.

Foi já realizada alguma formação, que se iniciou com dois dias ainda em Janeiro em Alfândega da Fé, este processo contempla o propósito da certificação das cinco Câmaras da Terra Quente e também a Associação de Municípios, com base numa candidatura da própria Associação de Municípios, tem sido feita uma acção conjunta que envolve todas as Câmaras, nesse propósito.

O propósito de certificação é com base na "ISO 9001", é um processo algo demorado, apesar de só ter para já previsto um ano de desenvolvimento, que me parece claramente curto, estão a desenvolver-se todos os esforços no sentido de pelo menos, iniciando pela componente do atendimento lhe dar toda essa prioridade.

Neste momento o processo de certificação desenvolve-se pela caracterização de processos, em três níveis: os processos de gestão que são aqueles que têm a ver com a administração, com o Executivo, com toda a parte de macro e superior ao nível das decisões, depois os processos operacionais que são a parte operativa de todas as instituições e os processos de suporte que são os documentos base das instituições.

Neste momento já estão caracterizados todos esses três níveis e os respectivos processos, internamente e especificamente em relação a Mirandela, nós definimos um pequeno logótipo para caracterizar o projecto da Câmara, definimos também o nome da equipa que é, "Qualidade MDL", definimos também o lema do objectivo desta certificação que é, "Dar vida à qualidade, para ter qualidade de vida" e estamos neste momento no desenvolvimento do manual da qualidade, que será a base de todo o processo.

Ainda não fomos para o terreno, porque as explicações em primeiro lugar deveriam ser dadas aos Senhores Vereadores, porque amanhã também haverá uma outra reunião e depois haverá reuniões com as várias chefias e também com todos os serviços específicos, para ser de facto um processo que envolva todos os profissionais e chegue a bom termo.

Não será seguramente uma tarefa fácil, mas estamos apostados em consegui-lo.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: Boa sorte, não é fácil.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Queria felicitar a Associação de Municípios por este projecto de certificação, bem como desejar que tudo corra bem, ao coordenador da equipa.

Eu acho que um dos passos fundamentais para que os projectos corram bem, é ter pessoas que os possam implementar e eu tenho a certeza que o Eng.º Guedes Marques tudo vai fazer para que este projecto seja uma realidade, até porque, já tem experiência relativamente ao projecto de qualidade da Unidade Hospitalar de Mirandela, na altura Hospital de Mirandela.

Relativamente a este projecto, considero-o uma mais-valia em relação aos serviços prestados pela própria Câmara, mas a nível de procedimentos, vão começar pelo atendimento, correcto?

Porque a qualidade pode abarcar a instituição em si, como pode iniciar-se com um determinado processo ou com vários processos incluídos, englobar todos os departamentos e todas as fases dos processos.

----- O Senhor Director de Departamento de Fomento e Infraestruturas Eng.º Guedes Marques, autorizado a intervir, disse: Este processo é um pouco diferente daquilo que é um processo de acreditação da qualidade, a acreditação da qualidade que foi aquilo

lyc

que ocorreu no Hospital de Mirandela, tem em vista a acreditação de toda a organização, é fundamentalmente organizacional e vê a organização como um todo, não tem o propósito de sectorizar a instituição.

Este processo é um pouco diferente, começa também de uma maneira diferente pela caracterização dos processos e dando autonomia a cada uma das instituições de ter o seu próprio caminho, cada Câmara poder gerir diferente da outra Câmara, muito embora as Câmaras sendo iguais cada Câmara pode fazer o processo de maneira diferente, pode caracterizar os processos de maneira diferente.

Eu julgo que está a haver aí alguns ganhos, porque por exemplo, Alfândega da Fé já estava bastante mais avançada, porque já tinham o trabalho iniciado há algum tempo e já facultou algum trabalho às outras Câmaras e é mais fácil pegar num trabalho e ajustá-lo à nossa realidade do que pegar do zero.

O propósito é certificar a Câmara certificando os serviços. Como é propósito do projecto, o projecto vai procurar incidir a sua prioridade na componente do atendimento, porque foi entendido pelas Câmaras e parece-me bem que o atendimento é a face exposta das instituições perante o público. É através do atendimento que se dá praticamente todo o contacto com o exterior, terá sentido que se dedique um esforço prioritário.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Mas o atendimento global, telefónico, presencial?

----- O Senhor Director de Departamento de Fomento e Infraestruturas Eng.º Guedes Marques, autorizado a intervir, disse: Sim e nos vários sítios, na piscina, no GAM, em todos os sítios onde haja atendimento e também todo o atendimento telefónico, on-line, todo o tipo de atendimento será considerado neste propósito.

Uma das coisas que é mais difícil, na minha opinião, neste processo, do que por exemplo foi no Hospital de Mirandela, é que no Hospital havia um manual de mil e tal itens que era preciso cumprir e as pessoas já estavam direccionadas para cumprir aquelas alíneas. Aqui temos de ser nós a criar todos os itens que entendemos, deverem ser cumpridos. Corre-se o risco de não sermos exaustivos, às vezes em relação a todas as matérias poderemos eventualmente, por mais esforço que se faça, nos esquecemos de uma coisa que entretanto nos possa vir a aparecer depois.

O processo é dinâmico, não é estático, todas as situações são acrescentáveis, o processo da qualidade não é uma coisa que se consegue, é uma coisa que se vai conseguindo todos os dias.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Gostaria de saber se seria possível uma avaliação trimestral, nestas reuniões.

----- O Senhor Director de Departamento de Fomento e Infraestruturas Eng.º Guedes Marques, autorizado a intervir, disse: Eu posso desde já referir o seguinte, o próprio projecto contempla avaliações trimestrais, sem prejuízo de a equipa, pelo compromisso perante o Senhor Presidente, de fazer relatórios mensais em todos os últimos dias úteis de cada mês, hoje será um deles.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: Parece-me um pouco exagerado.

----- O Senhor Director de Departamento de Fomento e Infraestruturas Eng.º Guedes Marques, autorizado a intervir, disse: É o nosso propósito.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: Ainda mais quando estamos a falar de um processo de certificação. Estamos a falar de qualidade, estamos a falar de certificar uma parte exterior ao município, partindo do princípio que todos os sistemas integrados da Câmara vão ter de se adaptar a uma nova realidade, não é fácil. Porque é que não é fácil? Não é fácil quando nós queremos retratar aquilo que fazemos, ou corrigir a maneira como o fazemos, porque a certificação é isso mesmo, é explicar aos outros o porquê e como o fazemos, de uma forma transparente, partindo de fora para dentro.

Neste caso é uma equipa que chega, que vem ajudar a resolver os nossos procedimentos, claro que eles não nos conhecem, somos nós que nos conhecemos a nós próprios e cada secção terá o seu papel preponderante chave nesta questão, não podemos só olhar para as chefias, olhamos também para a parte mais básica, porque é a partir da raiz que vai sair todo este processo. Fazer relatórios mensais é complicado.

----- O Senhor Director de Departamento de Fomento e Infraestruturas Eng.º Guedes Marques, autorizado a intervir, disse: Há um propósito da nossa parte, eu sei quanto é difícil colocar estas coisas no terreno, toda a gente está claramente absorvido com o seu trabalho, introduzir alterações, mudanças, é sempre difícil, mas eu julgo que por um lado as pessoas da equipa são pessoas internas, cada uma delas no seu departamento terá com certeza alguma facilidade de diálogo. E julgo que a sensibilização que vamos procurar fazer, irá também procurar envolver toda a gente no sentido positivo do projecto.

Eu não tenho dúvida nenhuma que se há muito trabalho na redacção e na realização dos procedimentos escritos e isso é um trabalho muito grande, a parte mais difícil não é essa, a parte mais difícil é implementá-lo, é colocá-lo no terreno.

Não há nada que se resolva por decreto, não há nada que se resolva só por estar escrito, as coisas têm de ser implementadas no dia a dia e com persuasão, com persistência, com alguma tranquilidade.

Há um princípio que temos de adoptar, estas coisas não são feitas para inverter, estas coisas são feitas para progredir e para ajustar os procedimentos e corrigi-los no dia a dia.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: A Câmara Municipal tinha um projecto de modernização administrativa.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: O projecto de modernização administrativa inclui este projecto. É o projecto de modernização administrativa está a andar.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Eu ia perguntar ao coordenador de equipa, qual era a articulação que iam ter relativamente ao SAMA, que é um projecto de modernização administrativa, que inclui o poder local, e também algumas instituições do poder central, e como é que o coordenador de um e de outro projecto se irão articular.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Ainda não está nomeado o coordenador do projecto ligado à modernização administrativa, tenho sido eu que tenho tido nos meus "ombros" essa questão, na altura quando se falou no projecto de qualidade e que está incluído no projecto de modernização administrativa, fui eu que indiquei o Eng. Guedes Marques, com a experiência que ele tinha.

Há um outro lado da questão que para mim vai complementar muito esta parte, se correr bem, que eu tenho grandes dúvidas, a Dr.ª Júlia falou e dá os parabéns à Associação de Municípios, mas eu tenho grandes dúvidas e já o disse dentro da Associação de Municípios, tenho grandes dúvidas do caminho que foi seguido pela Associação de Municípios, na modernização administrativa.

Vi melhor, conheço melhor, e disse-o lá, se nós temos que ir, porque o projecto é modernização administrativa, é da Associação de Municípios, mas também o disse, se correr mal este projecto, nós daqui a dois anos estamos noutra.

Este tal como foi pensado não nos serve, claramente. Esse é um trabalho que tem de ser feito, há um trabalho de base que tem de ser feito, o que estará por cima não gosto dele, mas o trabalho do Eng. Guedes Marques e da equipa dele, complementa-se com este, com o trabalho que tem de ser feito. Depois há uma coisa em cima que eu não gosto.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES perguntou: Mas a certificação está incluída no projecto SAMA? Eu não sou assim tão pessimista.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA respondeu: Mas sou eu, já vi, conheço as Câmaras que implementaram essas situações.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Cada uma das Câmaras vai implementar de forma diferente e numas correrá bem e noutras correrá mal.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO perguntou: São as Câmaras que não aderiram, são as Câmaras que não estão a aderir, é o projecto que em si é mau, o que é que se passa? É que estamos a falar de dinheiro público, estamos a implementar informação, estamos a adquirir processos e o que me estão a dizer, está tudo mal. O Dr. Maçaira diz, é um processo que não nos serve, se não nos serve é porque está mal, se está mal não deveríamos estar a gastar esse tipo de dinheiro.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Isto tem vários patamares, há um patamar da certificação e dos fluxos de informação, há outro patamar ligado à modernização administrativa, que é no fundo desenhar a circulação dos documentos, para depois implementar uma solução informática, que pode ir até ao telemóvel, que é isso que eu gostaria, em qualquer sitio uma pessoa poder ter hipótese de despachar e isso já é possível. Mas essa parte de cima eu tenho dúvidas, pelo caminho que percorreu a Associação de Municípios.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Eu não tenho dúvidas que a implementação vai ser distinta nos cinco municípios, depende muito, como sempre e como tudo na vida, depende das pessoas que estão a implementar os processos e da forma como envolvem as organizações.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Não depende só das pessoas.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: Então os programas é que estão mal, ou seja, andamos a gastar dinheiro que não tem aplicabilidade nenhuma.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Eu não disse isso, eu queria mais, nós queremos mais.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: O que discuti na Associação de Municípios, é que as cinco Câmaras não têm a mesma capacidade técnica, nem têm os mesmos meios para atingir determinados fins.

À maioria das Câmaras da Terra Quente, metade das soluções não lhes interessa rigorosamente nada, por exemplo, Carrazeda de Ansiães não licencia um elevador, nem Alfândega da Fé. As Câmaras têm um tratamento específico, que é muito diferente de umas para as outras.

O que Mirandela queria, nesta questão que o Dr. Maçaira colocou na Associação de Municípios, era um programa técnico que fosse superior aquele que lá está, tendo em conta a realidade já da Câmara de Mirandela. E o que entendeu a Associação de Municípios foi fazer uma harmonização básica primeiro e depois ir para o segundo patamar. É aí que está a discussão.

Nós tínhamos que aceitar aquele, porque é financiado para as cinco Câmaras e individualmente não podíamos apresentar.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Eu não quis falar no programa técnico, mas é isso.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: É óbvio que são Câmaras com realidades diferentes, com dimensão diferente, com necessidades diferentes, por isso é que vai haver cinco projectos diferentes.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Não vai haver cinco projectos diferentes, é só um, o problema é esse.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Segundo percebi ao Eng. Guedes Marques, disse que havia formas distintas de implementar a certificação nos cinco municípios.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Mas o software é o mesmo.

----- O Senhor Director de Departamento de Fomento e Infraestruturas Eng.º Guedes Marques, autorizado a intervir, disse: A componente da certificação da qualidade tem de conviver perfeitamente com a solução, seja ela qual for, que se dê à parte da modernização na componente informática. A informática é uma ferramenta e todas as instituições, teoricamente hoje podem viver sem a informática, teoricamente, porque hoje seria quase insuportável isso, mas aquilo que é a definição das regras de boa execução deve ser definida, quer com informática, quer sem informática.

É evidente que há determinadas coisas que hoje são incompatíveis sem termos informática, nomeadamente, até para os municípios no contacto com as instituições, na sua facilidade de contacto com as instituições, na própria consulta de processos e é evidente que a solução informática vai ajudar muito, em função da solução que seja a que o bom resultado do contacto dos municípios com a instituição também seja melhor, isso é inquestionável.

A componente da certificação da qualidade, deve ser o máximo independente daquilo que seja a solução da componente informática.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Falei nesta questão do projecto SAMA, porque como coordenadora do projecto SAMA que foi aprovado para a Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte, conheço a candidatura, conheço mais ou menos a filosofia que está por trás destes projectos, e acho que era fundamental que a ferramenta informática fosse de topo, como é óbvio, uma vez que isso vai agilizar muitos procedimentos e permite fazer um atendimento multicanal, ou seja, que em cada local em que haja atendimento se possa verter para a mesma plataforma. Esta solução foi muito importante, no caso da Direcção Regional, porque tinha vários pontos dispersos pelo norte de Portugal, geograficamente falando.

Isso não tira qualidade à questão dos projectos de modernização administrativa e eu felicitei a Associação de Municípios porque acho que são projectos que são importantes para as Câmaras, e que muitas vezes não são prioritários, porque as pessoas estão mais ligadas às rotinas, e estes projectos têm de ser quase como “impostos” pelas organizações, mas a curto, ou médio e longo prazo têm implicações directas no atendimento e na qualidade do atendimento aos municípios, uma vez que é para isso que existem os serviços.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Este projecto na Câmara Municipal de Mirandela, no que diz respeito ao SAMA, tem implicação de vinte mil euros.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES perguntou: Tem uma implicação como?

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA respondeu: O que a Câmara vai gastar, são vinte mil euros de investimento, todo o investimento que outros vão fazer, nós já o fizemos. Por isso conhecemos uma realidade, por onde a Associação de Municípios quer enveredar que nós não gostaríamos de ir.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Temos de ser solidárias umas Câmaras com as outras.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Há uns que querem ir por um caminho que nós já percorremos.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO perguntou: A Associação de Municípios só prevê o nível mais baixo, é isso?

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA respondeu: Não, não é isso, não prevê o nível mais baixo, não prevê é uma posição tão à frente.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Porque a maioria das Câmaras ainda não têm esses instrumentos, nem querem. Há aqui diferenças que é preciso depois colmatar.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Não há uma diferenciação, o nível de tratamento foi para todas o mesmo.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: O concurso foi geral. Há um trabalho que tem de ser feito que é, a questão dos circuitos dos documentos, os fluxogramas têm de ser feitos, seja por esta aplicação ou por outra, isso tem de ser feito e esse trabalho vai-se aproveitar, agora o resto.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Eu não retiro a felicitação do projecto e desejo felicidades na implementação do mesmo.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: quando se entra num processo de certificação não tem retorno. É para explicar, é para fazer. Os procedimentos têm de ser muito simplificados e de forma objectiva, para depois quem está por trás, que se vai inserir, ter facilidade de entrosamento. Eu vejo a qualidade desta forma, é dizer ao exterior o que fazemos e como o fazemos e depois o reconhecimento de quem erra, tem de se adaptar.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Dentro de um ano estaremos aqui a felicitar o Eng. Guedes Marques pelo sucesso deste programa.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 2 a 4, do art. 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5 – A/02, de 11 de Janeiro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Luís M. V. Maia, que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 09 horas e 40 minutos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



JOSÉ MARIA LOPES SILVANO

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
GERAL E FINANÇAS



LUÍS MÁRIO VIEIRA MAIA